

Vivendo a Vida Rapina: considerações sobre a presença das mulheres bóias-frias do caminhão de turma na literatura de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho

Ettore Dias Medina¹

Resumo: este artigo investiga a presença das mulheres boias-frias do caminhão de turma no poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”, do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, e nos contos “Chorar em silêncio” e “Pagar o preço”, do jornalista e escritor Murilo Carvalho. Os temas figurados nas obras literárias – a vestimenta, a vergonha, a violência de gênero e o aborto – são contextualizados por trabalhos da etnografia e sociologia empírica voltados às trabalhadoras boias-frias. A interpretação dos temas figurados nas obras literárias está baseada em categorias da teoria literária, história, filosofia e psicanálise. Tenho por hipótese que as obras literárias investigadas podem ser lidas através da perspectiva da literatura de testemunho.

Palavras-chave: mulheres boias-frias, literatura de testemunho, realidade social, Carlos Rodrigues Brandão, Murilo Carvalho.

Abstract: This paper investigates the presence of women seasonal farm workers outfit truck in the poem “Women of the outfit truck (proletarian conditions of body and clothes)”, of the anthropologist Carlos Rodrigues Brandão, and the short stories “Crying in silence” and “To pay the price”, of the journalist and writer Murilo Carvalho. The themes figured in literary works - the dresses, the shame, the gender violence and abortion - are contextualized by the work of ethnography and empirical sociology aimed at seasonal farm workers. The interpretation of figurative themes in literary works is based on categories of literary theory, history, philosophy and psychoanalysis. My hypothesis is that literary works investigated can be read from the perspective of the literature of testimony.

Keywords: women seasonal farm workers, literature of testimony, social reality, Carlos Rodrigues Brandão, Murilo Carvalho.

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara – SP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. ettoremedina@yahoo.com.br

Introdução

Viver onde a vida é tão rapina. Esta frase sintetiza o avançado grau de precarização da existência enfrentado pelos trabalhadores rurais conhecidos como boias-frias. A situação de boia-fria remete à individualização do trabalho de colonos, parceiros, moradores, pequenos arrendatários e sítiantes. Estes tipos de relações sociais foram impossibilitados pelo processo de modernização das relações de trabalho e uso da terra no campo iniciado na década de 1960.

Na situação anterior ao processo de modernização o trabalhador rural vivia na propriedade de terra onde trabalhava, podendo repartir o tempo de trabalho entre a produção para o comércio – ou para o proprietário da terra, dependendo do tipo de relação – e a produção de subsistência. Desta última conseguia uma variedade de alimentos que serviam para seu próprio consumo e possibilitavam a criação de uma indústria doméstica. Além disso, as relações de trabalho e também a vida cotidiana dos trabalhadores eram permeadas por traços comunitários.

Com a modernização do campo os trabalhadores rurais passam a ser expulsos da terra sem direitos ou garantias, enfrentando uma realidade nova e hostil. Os laços familiares e coletivos, e também a indústria doméstica são brutalmente transformados, chegando a serem dissolvidos. Os trabalhadores rurais adentram a sociedade de mercado pela porta dos fundos, tendo de se adaptar a uma condição onde os elementos básicos para a reprodução da existência são mercadoria. A monetarização da existência se reflete no surgimento de gastos antes inexistentes, como o aluguel da casa e a compra de produtos e gêneros alimentícios que antes provinham do próprio trabalho.

As mulheres foram as maiores vítimas desse processo. Nas relações sociais anteriores ao processo de modernização do campo, a situação da mulher já era precária. Sua jornada de trabalho era maior que a do homem, estando enlaçada à partilha do tempo entre o trabalho doméstico, o trabalho na lavoura e a postura do homem com quem vivia. Com a individualização do trabalho decorrente do processo de modernização do campo, sua situação piora.

Lançadas no mundo trabalho, as maiores dificuldades das mulheres não estão ligadas ao trabalho propriamente dito: já estão acostumadas a ele, desde crianças. As dificuldades encontradas deveram-se a dois fatores: a alteração da concepção de tempo de trabalho, que passa a ser submetido à racionalidade da empresa capitalista; e a submissão a novas formas de controle e dominação, que deixam de ser centradas na figura do pai ou do marido – arquétipos da dominação masculina –, passando a centrar-se nas figuras do feitor, fiscais, “gatos” e empreiteiros, figuras do espaço público (SILVA, 1992, p.152).

A mencionada alteração da concepção do tempo de trabalho tem por correlato uma alteração no espaço do trabalho. A trabalhadora rural é obrigada a “pegar” o caminhão de turma, que passa a ser o único meio de acesso ao espaço de trabalho. Este, por sua vez, torna-se um obstáculo a ser enfrentado. Se antes a trabalhadora rural convivia com familiares e vizinhos, agora a mulher boia-fria será obrigada a trabalhar no eito com a turma. Esta situação foi analisada por Verena Martinez-Alier no trabalho etnográfico “As mulheres do caminhão de turma”, realizado nos anos 1970 em uma fazenda próxima à cidade de São Paulo:

Os caminhões são o que nesta área se chama de caminhão de turma. As pessoas transportadas são chamadas coletivamente de turma. Individualmente são conhecidas pelo público e denominadas pela imprensa como volantes ou bóias-frias, supostamente porque, por um lado, elas não têm lugar fixo de trabalho e, por outro, porque a comida que trouxeram consigo já está fria na hora em que comem. O motorista, e frequentemente proprietário do caminhão, é chamado de turmeiro (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.71).

Após serem expulsos da terra, a maioria desses trabalhadores passou a viver na periferia das pequenas cidades, tornando-se alvo da figura do turmeiro. Este sujeito recruta os trabalhadores e os transporta de caminhão diariamente para a fazenda, sendo responsável por fiscalizar o trabalho e realizar os pagamentos. “O turmeiro é mediador entre os trabalhadores e a fazenda” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.71).

A discussão que ora apresento tem por objetivo contribuir para a investigação das relações sociais e condições de existência vivenciadas pelas mulheres boias-frias do caminhão de turma. No entanto, optei por abordar a vida difícil dessas mulheres partindo de um viés pouco discutido, a presença da mulher bóia-fria na literatura. As análises se voltam para o poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”, do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, e para os contos “Chorar em silêncio” e “Pagar o preço”, do jornalista e escritor Murilo Carvalho.

Além da questão temática que perpassa o poema e os contos escolhidos, os livros “Diário de campo, a Antropologia como Alegoria”, de Carlos Rodrigues Brandão, e “A cara engraçada do medo”, de Murilo Carvalho apresentam semelhanças em seu processo de produção. Os dois escritores lançaram mão da escrita literária para abordar aspectos de uma realidade com a qual conviveram pessoalmente. Vejamos como Carlos Rodrigues Brandão reagiu ao contato com as mulheres do caminhão de turma:

Por exemplo, em todos os dias menos os domingos as mulheres “bóia-fria” dos caminhões “de turma” desembarcavam aos bandos nos bairros “de baixo” em Itapira. Elas vinham vestidas com roupas sujas do trabalhador volante e traziam anexos de sacolas e facões do corte de cana. Cobertas dos pés à cabeça de lonas, panos e palhas, algumas deixavam de fora só o vão dos olhos. Eu vi aquelas mulheres muitas vezes enquanto estive pesquisando lá. Nas tardes mansas de domingo conversei com duas ou três. A roupagem de guerrilhas daquelas moças é ao mesmo tempo trivial, gigantesca e terrível. Mulheres-marias com facões e armaduras andando nas ruas de terra de uma cidade em São Paulo (BRANDÃO, 1982, p.11, grifos do autor).

O antropólogo diz não ter encontrado uma maneira de anotar seus repetidos encontros com as mulheres bóias-frias em seus cadernos de campo, o que o levou a recorrer à escrita literária. Desta maneira não precisaria explicar o que compreendia, passando a esforçar-se em compreender o que sentia. O poema o livrou do rigor da teoria, e se mostrou como “*um modo menos ortodoxo de dizer não tanto a situação vista, mas o sentimento de vê-la*” (BRANDÃO, 1982, p.12, grifos do autor).

Murilo Carvalho publicou um grande número de reportagens sobre trabalhadores do campo e da cidade no jornal “Movimento”. Muitas destas reportagens foram publicadas em 1976 na coletânea “Estórias de trabalhador”, inclusive reportagens sobre os trabalhadores boias-frias. Em relação ao livro de contos, destaco a seguinte passagem de sua capa: “Os treze contos que constam de *A cara engraçada do medo* são fruto de trabalho de três meses junto aos boias-frias em Minas, São Paulo e Paraná” (CARVALHO, 1978, grifos do autor). Esta passagem sugere um trânsito no tipo de registro utilizado para abordar os trabalhadores boias-frias, em um processo semelhante ao que ocorreu a Carlos Rodrigues Brandão. Acredito que Murilo Carvalho trocou o texto jornalístico – que é pautado pela descrição e objetividade – pela escrita literária porque esta permite o uso da imaginação e possibilita expressar aspectos do cotidiano dos trabalhadores boias-frias que não caberiam nas reportagens.

A forma pela qual esses escritores retrataram as trabalhadoras boias-frias tem semelhanças

com a face da literatura conhecida como literatura de testemunho². Uma das características desta forma de produzir literatura é revelar algo que está oculto, dando visibilidade e voz para sujeitos que não têm acesso aos espaços “legítimos” de produção cultural e literária. Além disso, a literatura de testemunho reivindica uma relação com o mundo extraliterário, estabelecendo um novo tipo de compromisso com o real. Assim, as relações entre literatura e realidade são redimensionadas, havendo um entrecruzamento entre literatura e mundo fenomênico. Parto da hipótese de que o poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”, e os contos “Chorar em silêncio” e “Pagar o preço” podem ser lidos pela perspectiva da literatura de testemunho, pois existe um teor testemunhal nestas obras.

As proximidades entre as obras literárias escolhidas e a literatura de testemunho tornam-se mais visíveis quando exploramos a postura dos dois escritores. “Em latim pode-se denominar o testemunho com duas palavras: *testis* e *superstes*”³ (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.373, grifos do autor). O posicionamento de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho em relação aos aspectos da realidade literariamente retratados tem afinidades com a noção *testis*. Segundo Márcio Seligmann-Silva (2006), esta palavra indica o depoimento de um terceiro em um processo. Não sendo trabalhadores boias-frias, Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho chamam para si a responsabilidade de apresentar e discutir a situação de opressão e sofrimento que aqueles trabalhadores experimentam. Agindo assim, os escritores em questão realizam uma espécie de enfrentamento jurídico com o real, como se sua produção literária fosse portadora de uma verdade que deve ser desvelada. Visando compreender as relações entre as obras literárias e a literatura de testemunho, lancei mão de reflexões, artigos e ensaios sobre esta face da literatura.

Também compõem a metodologia uma aproximação entre as obras literárias e trabalhos de ciências sociais voltados para as condições de vida das mulheres boias-frias. Os trabalhos de antropologia e sociologia empírica foram fundamentais para a contextualização das situações apresentadas nas obras literárias, enriquecendo a mediação entre literatura e realidade social. A escolha de categorias de outras disciplinas como a teoria literária, a história, a filosofia e a psicanálise surgiu em decorrência dos temas abordados. Em outros termos, as obras literárias tiveram centralidade. As teorias foram escolhidas a partir dos problemas concretos suscitados pela investigação.

2 A literatura de testemunho é uma maneira encontrada pelos escritores para lidar com acontecimentos que envolvam violência grave. Esta face da literatura tem o *testimonio* latino americano e os estudos sobre a *shoah* como suas principais vertentes. A primeira vertente remete a trabalhos realizados por antropólogos, jornalistas e outros intelectuais solidários que captam ou registram o discurso de sujeitos que passaram por acontecimentos radicais como a violência causada pelas ditaduras militares na América Latina, ou pela dominação imperialista que oprimiu e chacinou populações indígenas e afrodescendentes. O *testimonio* latino americano visa dar voz e visibilidade a sujeitos que não têm acesso aos espaços de produção cultural e literária. Como diz Valéria De Marco, existe no *testimonio* latino americano um “vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea” (MARCO, 2004, p.45). Por isso, esta vertente da literatura de testemunho acaba funcionando como um espaço de resistência que possibilita a emergência de um ponto de vista que se coloca em oposição à história oficial. Já no caso dos estudos sobre a *shoah*, os relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas tem centralidade. Atualmente outras literaturas, como a africana, e também os relatos de sujeitos encarcerados no Brasil têm sido lidos pelo viés do testemunho.

3 A palavra *superstes* “indica a pessoa que passou por uma provação, o sobrevivente” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.374). Esta noção será explorada em outro momento deste artigo.

A roupa, a identidade e a vergonha de ser boia-fria

Viver onde a vida é tão rapina. É com este verso que Carlos Rodrigues Brandão inicia seu poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”. Ele é composto por nove estrofes, e cada uma delas pode ser pensada como uma distinta reflexão do eu lírico sobre as mulheres boias-frias. Diferentemente das outras, a primeira estrofe é composta apenas pelo verso citado, causando estranhamento no leitor. Aqui, o verbo “viver” remete à configuração do conjunto de condições, situações e práticas que permitem ao sujeito reproduzir sua própria existência, ou a própria vida. No verso em questão, o substantivo “vida” é aproximado do advérbio “onde”. No entanto, os outros momentos do poema mostram que esse advérbio remete a um local, mas também a uma situação social específica imposta pelo tipo de trabalho realizado. A vida em questão é qualificada pelo adjetivo “rapina”, ou seja, uma forma de roubo praticada com violência. Esta caracterização negativa da vida é exagerada pelo advérbio “tão”, reforçando as dificuldades da situação mencionada.

Esta escolha composicional do poeta sugere que aquele verso e o conjunto de significados que ele traz posicionam o leitor frente a grande opressão que perpassa a vida das trabalhadoras boias-frias, que é poeticamente investigada nas outras estrofes. Através dos recursos possibilitados pela linguagem poética, Carlos Rodrigues Brandão tece considerações sobre os momentos que perpassam o itinerário de trabalho daquelas mulheres, como o despertar em plena madrugada e o retorno ao lar no fim da tarde. Em sua primeira aparição no poema, as mulheres do caminhão de turma são focalizadas no local de trabalho, em plena atividade.

No corte bruto da cana queimada de antevéspera
as mulheres-do-caminhão-de-turma se cobrem de tal modo
de sapato de homem, chapéu, calça, camisa e saia grossa,
que da pessoa visível da mulher trabalhadora
fica de fora apenas a frágil força-de-trabalho. Em fila,
na longa linha viva da pequena multidão de gente igual
ali, sem nome e cara avançando como em uma guerra
a golpes certos de facão canavial adentro (BRANDÃO, 1982, p.22-23)

A maneira como as trabalhadoras se vestem para realizar a atividade bruta de cortar cana de açúcar tem centralidade, sendo metaforicamente aproximada da situação de guerra. É interessante notar a opção pelo verbo “cobrir”, e não “vestir”. Aquele verbo faz pensar em um uso específico para as roupas, que remete à necessidade de proteger as trabalhadoras. Além disso, neste contexto “cobrir” está próximo da ideia de esconder. A disposição das peças de roupa em um único verso sugere o conjunto formado por elas, que em outro momento do poema será designado pela paradoxal expressão “armadura de pano”. Esta armadura esconde quase todo o corpo das mulheres, na verdade, transformando-as.

A vestimenta faz com que as trabalhadoras percam seus referenciais identificatórios e suas “insígnias humanas” (ROSA e POLI, 2009, p.9), escondendo os traços que apontam a individualidade daquelas mulheres – como o rosto e o nome –, tornando-as iguais umas às outras. É a condição de trabalho que as faz iguais, e se torna seu único elemento visível. Logo, a identidade pessoal é quase totalmente ofuscada pela condição de trabalho. Como veremos, a identidade pessoal será objeto de manipulação, em uma tentativa de dissociar a imagem da mulher que vive o tempo livre daquela que enfrenta a condição de boia-fria, por mais imbricadas que estas situações estejam. No intuito de explorar esta forma da trabalhadora se relacionar com a identidade pessoal, trago ao leitor outra estrofe do poema.

Por que então nas tardes quentes das cinco horas do verão em Itapira as mulheres-do-caminhão-de-turma desembarcam de volta na cidade e não levantam um dedo da couraça maldita da farda de trabalho? Por que de volta não se desvestem do avental e não arrancam panos de cobrir a cabeça, o corpo, o rosto? Porque todos os dias ao chegarem em turma ao Risca-Faca as moças usam as mesmas vestes de campanha para ocultarem de todos – do fio afiado do olhar do outro – os segredos dos rostos de quem são. Porque todos os dias ao chegarem do campo à vila onde, não obstante, preferem ser mais a mulher do que a “bóia-fria” do “caminhão de turma” elas, moças como as outras dos “bairros de cima”, sentem no vão da pele o peso da vergonha de passear nas ruas com facões, sacolas-volante e marmitas e tira-colo e serem vistas com roupas de guerra e de vergonha nos seus rostos de mulher, de gente. De maria (BRANDÃO, 1982, p.24).

Nesta estrofe o eu lírico se mostra perplexo com o comportamento das mulheres ao retornarem do eito para a cidade com o caminhão de turma. Escolhem manterem-se vestidas e enfrentar o calor das tardes de verão da cidade de Itapira a retirar a roupa de trabalho e mostrar a identidade escondida por ela. Esta difícil estratégia visa impedir que os moradores da cidade que não são trabalhadores boias-frias associem a “boia-fria” com a “mulher” que vive seu tempo livre nas casas de madeira do bairro “Vila Ilse”. Aqui, a vestimenta funciona como uma espécie de “apresentação estética” que situa o local da pertença do sujeito, acionando um mecanismo de reconhecimento e desprestígio que perpassa todos os momentos do itinerário de trabalho da mulher boia-fria. Esta situação tem semelhanças com aquela que afeta a vida de outros grupos oprimidos:

A identificação, como sabemos, traça o limite da pertença a grupos distintos. Porém, tanto nos campos [de concentração] como nas favelas, as insígnias do grupo dos detentos e dos miseráveis é uma “não-insígnia”. Isto é, ela se define pelo negativo em sua qualidade, auferindo ao portador uma condição também negativa: não-humano, ou um humano não-qualificado, não apenas para os exteriores ao grupo, mas para o próprio grupo e para si mesmo (ROSA e POLI, 2009, p.9, grifos meus).

Esta divisão perpassa a subjetividade, o corpo, a vestimenta, e também se desdobra na construção de uma divisão social do espaço da cidade, como percebido por Carlos Rodrigues Brandão. No caso da cidade de Itapira, os bairros dos moradores que não são boias-frias são designados como “bairros de cima”. Já o bairro onde as mulheres do caminhão de turma moram, a “Vila Ilse”, recebeu a denominação de “Risca-Faca”. Trata-se de uma referência às brigas de migrantes mineiros e paulistas de outras cidades que ocuparam o bairro no passado. Segundo o antropólogo e poeta, assim como os trabalhadores “volantes” não gostam de ser chamados de “boias-frias”, os moradores do bairro “Vila Ilse” evitam aquela denominação pejorativa. Em outra situação envolvendo trabalhadores boias-frias Maria Aparecida de Moraes Silva mostra como a desvalorização simbólica ocasionada pelo caminhão de turma e pela própria condição de trabalho leva a comportamentos como o de descer do caminhão de turma antes de chegar ao bairro onde moram. Nas palavras de um trabalhador, em um relato colhido pela socióloga: “Os outros tiram sarro, por isso a gente desce antes” (SILVA, 1992, p.154).

Tendo em vista o teor das situações investigadas até aqui, pode-se dizer que a vergonha é o sentimento que leva as trabalhadoras boias-frias a esconderem seus rostos e seus ende-

reços, visando preservar os aspectos de sua existência que são entendidos por elas como não contaminados pela situação de trabalho, ou ao menos simbólica e materialmente distintos. O ato de “pegar” o “caminhão de turma” e também as vestes utilizadas envergonham as trabalhadoras, fazendo da sensação de serem vistas algo desconfortável e humilhante que deve ser evitado. Nas relações sociais que envolvem as trabalhadoras o olhar torna-se uma forma de poder que “fere” o outro. No entanto, como nos mostra Maria Aparecida de Moraes Silva “[...] o poder de eficácia do olhar do outro só se exerce na medida em que o “olhado” se reconhece, interioriza a percepção e a apreciação” (SILVA, 1992, p.155). Neste sentido o corpo, as formas de olhá-lo e também as formas de sentir o olhar sobre o próprio corpo não são naturais, mas socialmente construídos. Nas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu:

O corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades distintas a suas condições sociais de produção, e o olhar social não é um simples poder universal e abstrato de objetivação (...) mas um poder social, cuja eficácia se deve sempre, em parte, ao fato de que encontra, naquele ao qual se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação por ele aplicadas (BOURDIEU, 1979 apud SILVA, 1992, p.155).

Esta capacidade atroz do “olhar social” em fazer com que o sujeito dominado interiorize algumas das categorias que realizam a dominação está presente no poema investigado, e também servirá de parâmetro para a interpretação do conto “Chorar em silêncio”, de Murilo Carvalho. Nesta narrativa a intimidade de uma família de trabalhadores boias-frias apanhadores de café é enfocada. A protagonista é uma adolescente que tinha acabado de fazer quinze anos e estava apaixonada. No entanto, desistiu de ir à festa onde encontraria seu pretendente por ter vergonha de mostrar as mãos. Ela está deitada, chora e não consegue dormir. A matéria narrada é apresentada através do fluxo de consciência da protagonista, formalizada pelo uso do discurso indireto livre. Nesta configuração, o tempo narrativo tem preponderância sobre o espaço, de forma que os aspectos espaciais sejam apresentados de maneira exagerada, em diálogo com a subjetividade da personagem.

O motivo que aflige a protagonista do conto revela o caráter precário do trabalho realizado, e remete à divisão sexual do trabalho existente entre os trabalhadores e trabalhadoras boias-frias. Em seu trabalho etnográfico Verena Martinez-Alier diz que a colheita de café era considerada uma tarefa especificamente feminina. “Os homens não gostavam de fazer esse tipo de trabalho; eles não podiam competir com as mulheres, pois estas tinham dedos ágeis” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.90). Ainda segundo a antropóloga, a preocupação com as mãos é uma questão importante para as trabalhadoras boias-frias. “Algumas das jovens enrolam suas mãos, dizendo que é “para não ter calos”, para não ter mãos feias, “para parecer mais”” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.80). Esta frágil maneira de proteger as mãos não é possível para as mulheres que apanham o café, pois o contato dos dedos com os grãos é fundamental para que o trabalho se realize com eficácia. Esta e outras agruras que envolvem o itinerário da trabalhadora boia-fria são apresentadas em um momento no qual a protagonista nega sua própria condição:

Vontade de acabar com tudo, ser diferente, não ter que ir panhar café mal debruçava a madrugada, os braços rijos de frio, a boca abrindo de sono, o chacoalhar enjoado do caminhão, a comida velha, as costas doendo, o cheiro do melado do café escorrendo viscoso pelos dedos, entrando debaixo das unhas, pretejando a mão, ressecando a pele macia, transformando sua mão em coisa velha, antiga, enrugada como caroço de pêssego. Mas o trabalho era a vida (CARVALHO, 1978a, p.75).

O trabalho era não só a vida dela, mas também a vida da mãe, do pai e dos irmãos. Como todos dividiam o único quarto do barraco de madeira, a protagonista tinha de conter-se e chorar baixo, pois o descanso proporcionado pela noite de sono era fundamental para a jornada de trabalho do outro dia. Esta situação demonstra como os tipos de sociabilidade familiar e também as formas de fruição da intimidade são socialmente determinadas pela classe social. A crise da protagonista afeta a todos, pois ela não consegue conter o choro intenso.

A passagem do conto citada acima insere o leitor nas adversidades que envolvem o itinerário da apanhadora de café da casa ao trabalho. Este itinerário é abordado de maneira crítica, do ponto de vista de uma trabalhadora que se revolta com a própria condição. Os eventos que compõem o itinerário – como o despertar, o transporte no caminhão de turma, a alimentação e o próprio trabalho – são qualificados pelas sensações desconfortáveis que os acompanham. As mais graves são as que envolvem o contato da mão com o melado expelido pelos grãos do café, fazendo da importante capacidade da mão em “unir-se à matéria das coisas” (BOSI, 2010, p.75) um motivo de tormento e vergonha: “[...] doía a vergonha das mãos escuras” (CARVALHO, 1978a, p.76). O sentimento experimentado pela personagem tem proximidades com as considerações do filósofo Emmanuel Levinas sobre a vergonha. Nesta passagem, Geórgio Agamben comenta as ideias de Levinas:

Segundo o filósofo, a vergonha não deriva, como acontece na doutrina dos moralistas, da consciência de uma imperfeição ou de uma carência do nosso ser frente à qual tomamos distância. Pelo contrário, ela fundamenta-se na impossibilidade do nosso ser de dessocializar-se de si mesmo, na sua absoluta incapacidade de romper consigo próprio. Se, na nudez, sentimos vergonha é porque não podemos esconder o que gostaríamos de subtrair ao olhar, porque o impulso irrefreável de fugir de si mesmo encontra seu paralelo em uma impossibilidade, igualmente certa, de evadir-se (AGAMBEN, 2008, p.109, grifos do autor).

A protagonista sente uma grande vontade de ter uma vida diferente, que não a obrigasse a realizar uma atividade tão dura e humilhante como a de apanhar café. Não podendo mudar a própria condição, optou pela única evasão que lhe era possível: deixar de ir à festa. Estamos diante de outro efeito do “olhar social” no sentido proposto por Pierre Bourdieu. Aqui, a interiorização dos parâmetros e atributos que desqualificam o sujeito foi tão forte que impossibilitou a jovem trabalhadora de se mostrar: “[...] não tinha coragem de pegar nas mãos dele, na hora da dança, talvez ele preferisse outra, de mãos mais suaves, que não trabalhasse como ela, madrugada atrás de madrugada, gastando as mãos no melado do café maduro” (CARVALHO, 1978a, p.76). As mãos danificadas pelo trabalho podem ser entendidas como uma metonímia para a condição de classe social experimentada pela jovem boia-fria. A vergonha das próprias mãos levou a personagem a uma experiência subjetiva que a fez conhecer em profundidade sua própria condição. Nas palavras de Emmanuel Levinas: “O que aparece na vergonha é, portanto, precisamente o fato de se estar pregado a si mesmo, a impossibilidade radical de fugirmos de nós para nos escondermos de nós mesmos, a presença irremissível do eu frente a si mesmo” (LEVINAS apud AGAMBEN, 2008, p.109).

Tendo desistido de realizar seu desejo, sofre com as cenas imaginárias da festa que invadem sua consciência e a impedem de dormir. O sentimento de vergonha experimentado pela protagonista e a vida psíquica tumultuada objetivada por aquele sentimento contaminam a estrutura narrativa desse conto, que termina da mesma maneira como começou. A protagonista testemunha seu próprio desconcerto enquanto seus familiares esperam em silêncio que ela durma.

Vida rapina:

quando as dominações de classe social e de gênero se encontram

Neste momento a investigação se volta para as relações sociais existentes no espaço onde as trabalhadoras boias-frias realizam seu trabalho, o eito. Um olhar inicial revela as relações de classe social existentes neste espaço. “O eito é também chamado de talhão ou talho, que é uma parte do canavial, laranjal ou cafezal, delimitada por pistas mais largas, os carreadores, por onde circulam caminhões, tratores, etc. É o cenário do processo de trabalho” (SILVA, 1992, p.159). Maria Aparecida de Moraes Silva aponta semelhanças entre as formas de controle existentes no eito e na fábrica:

[...] o talhão constitui-se no correspondente ao setor da fábrica. O controle da produção, da produtividade da turma é feito em cada talhão, em cada seção do conjunto da unidade produtiva. A atribuição de tarefas, a supervisão, enfim a organização do trabalho são planejadas e controladas em cada talhão (SILVA, 1992, p.159).

Como ocorre no espaço fabril, o eito constitui-se como um espaço contraditório. Ao mesmo tempo em que serve de cenário para práticas de dominação de classe social e de exploração do trabalho, também ali são engendradas as formas de conscientização e de resistência por parte dos trabalhadores.

Conforme já dito, o responsável pelo caminhão de turma, o turmeiro, tem o papel de controlar e disciplinar a força de trabalho dos boias-frias, que são constantemente observados e controlados. Qualquer falha na conduta do boia-fria, seja durante o transporte no caminhão de turma, ou durante o trabalho no eito, pode resultar em represálias que impossibilitam o trabalhador de vender sua força de trabalho. Práticas como o “gancho” – que é uma suspensão temporária do trabalhador – e a “lista negra” – na qual os nomes de trabalhadores considerados inconvenientes ou politizados são anotados em uma lista que circula entre os fazendeiros da região – são utilizadas com frequência. Tais práticas visam manter altas taxas de produtividade e minar a resistência dos trabalhadores em se organizar contra as péssimas condições de trabalho. Como o turmeiro é o dono do caminhão, ele escolhe os sujeitos que farão parte da turma de trabalho do dia. Os trabalhadores vistos como problemáticos não são levados, ou podem ser largados no meio do caminho entre a cidade e o eito.

Sendo o mediador entre os trabalhadores e o fazendeiro, também cabe ao turmeiro realizar a contagem da produção individual do trabalhador boia-fria, assim como a responsabilidade pelo pagamento. O poder do turmeiro ganhará novas facetas quando voltado para as trabalhadoras boias-frias. As mulheres, além de enfrentarem as formas de precarização que envolvem o transporte no “caminhão de turma” e o trabalho no eito, deparam-se com formas de dominação de gênero. Um olhar mais aprofundado para esses dois espaços permite entendê-los como espaços sexuados, “[...] separados e discriminados segundo relações de um sexo sobre o outro” (SILVA, 1992, p.149). Assim, nos espaços do “caminhão de turma” e do eito estão inscritas dominações de classe social e de gênero. Como em outros momentos da história, no trabalho rural o corpo da mulher será alvo de desejo e dominação. “Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (PERROT, 2007, p.76). Ainda segundo a historiadora francesa Michele Perrot, a escala das violências exercidas sobre as mulheres seria ao mesmo tempo variada e repetitiva. A variação estaria relacionada às maneiras de olhar os tipos de violência cometidos e ao grau de tolerância da sociedade em relação à violência.

No caso das trabalhadoras boias-frias, pode-se dizer que o grau de tolerância da sociedade em relação às formas de violência de que são vítimas é ainda muito grande. Uma das facetas da dominação exercida sobre as mulheres boias-frias está presente na vestimenta utilizada. Além de servirem para proteger o corpo da mulher do sol, mosquitos, cobras e das próprias plantas, servindo também como meio das trabalhadoras não revelarem sua identidade para as pessoas, as vestes refletem a necessidade de ocultar a condição de mulher, objeto de desejo dos homens. “A obrigatoriedade do uso da calça comprida sob a saia é condição obrigatória para que a mulher suba no caminhão” (SILVA, 2002, p.572). No entanto nem as vestes, e tampouco os constantes cerceamentos do marido e da família formaram um impedimento capaz de conter as investidas e assédios de turmeiros, feitores e outros agentes responsáveis pelo controle do trabalho.

Ao invés de controlar o trabalho delas, desaparecem no meio do café com elas ou levam-nas para a cidade nos fins de semana. Algumas das moças não se recusam a responder às abordagens dos turmeiros, pois isso geralmente significa algumas vantagens materiais, ainda que pequenas, tais como presentes ocasionais e menor controle de seu trabalho (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.96).

O turmeiro se vale do fato de controlar a contagem da produção e o pagamento para seduzir as trabalhadoras. Aquelas que cedem aos assédios podem ser beneficiadas com uma quantia em dinheiro acima da produção individual conseguida. Este mecanismo lesa todos os trabalhadores que compõem a turma, pois o dinheiro a mais passado para a trabalhadora é descontado do pagamento dos outros trabalhadores. No caso das trabalhadoras que recusam as investidas dos turmeiros e agentes de controle do trabalho, elas deixam de ser escolhidas para compor as turmas de trabalho ou passam a sofrer perseguição. Nos casos mais extremos, sofrem a ameaça de ver seus parentes serem dispensados do trabalho ou mesmo de serem mortas.

A narrativa de Murilo Carvalho chamada “Pagar o preço” tem por protagonista uma trabalhadora boia-fria. O narrador a focaliza deitada, quase dormindo. Como na outra narrativa investigada, o tempo narrativo tem preponderância sobre o espaço. Assim, as cenas acontecidas no passado são apresentadas ao leitor em forma de lembrança. Por uma destas lembranças o leitor descobre que a trabalhadora foi estuprada pelo turmeiro. “Ele havia entrado nela como os cavalos agora batiam suas patas, esmagando o ventre” (CARVALHO, 1978b, p. 24). Por essas condições, pode-se dizer que a protagonista deste conto ocupa a posição de *superstes*, no sentido da pessoa que testemunhou um evento grave, passou por uma provação e tornou-se uma sobrevivente. No momento presente da narração a personagem está praticando um aborto. Os acontecimentos narrados em “Pagar o preço” envolvem violência grave e nos levam a refletir sobre as soluções estéticas escolhidas pelo escritor para lidar com temas tão difíceis. Começemos por abordar a cena do aborto:

Ela estava quase dormindo agora, o suor refrescava e era gostoso na pele, vinha um sono macio, devagarinho, e ela deixava ir, o corpo, a cabeça, num balanço suave. Então os cavalos apareciam parede adentro, trotando, um eco multiplicado pelos cantos do quarto e paravam em cima dela, pisoteando, os cascos duros batendo seco entre as pernas, arrebatando a vagina e a dor voltava, intensa, funda, brotando junto com o sangue que se misturava ao suor e virava um frio só. Ela fechava os olhos e deixava doer, procurava esquecer a dor, achar o sono: tinha certeza que o sono a salvaria das patas dos cavalos. Mas eles ainda iriam galopar muito, ainda tinham muita força para trotar sobre ela, até que o ventre estivesse esmagado e escorresse todo pela vagina, suco espremido, nascido ali no escuro do quarto, criado pelas

suas próprias mãos que precisavam afastar o pesadelo. E o talo de couve, recurvo e grosso, como haviam ensinado, era um jeito desesperado, muito além dos chás, dos banhos, das simpatias. Era preciso eliminar do ventre a semente do medo (CARVALHO, 1978b, p.23).

O escritor se valeu de uma metáfora para abordar a dor causada pela introdução do talo de couve na vagina. A figura utilizada na construção da imagem que sustenta a metáfora – “os cavalos” – é retirada do cotidiano da vida rural, indicando um vínculo com o imaginário da protagonista do conto. A escolha desta imagem aponta um diálogo entre as consciências do narrador e da personagem, fazendo o discurso do primeiro ser contaminado pelas emoções da protagonista. A imagem dos cavalos é desdobrada, sendo-lhe atribuída o movimento de trotar quarto adentro, parando em cima da personagem. A multiplicação do eco do barulho dos passos dos cavalos pelo quarto traduz o mal estar causado pela chegada da dor. O momento em que esta se torna mais lancinante é apresentado por outro desdobrar da imagem, o pisotear dos cascos duros sobre a vagina. A temporalidade agônica causada pelos avanços e recuos da dor trazida pelos cavalos estrutura esta narrativa.

Na situação enfrentada pela protagonista o “real” é experimentado em excesso, de forma semelhante ao que ocorre em situações traumáticas. O caráter excessivo da situação traumática faz com que o sujeito que a vivencia tenha dificuldades em dar-lhe um contorno, incorporando-a em sua própria experiência. Isso acontece porque o trauma envolve uma situação limite na qual o sujeito se depara com a proximidade da morte. A representação descritiva de um evento onde o real é experimentado em excesso é eticamente reprovável, pois tem o efeito de banalizar sua radicalidade. Neste sentido, os recursos imaginativos e poéticos existentes em uma narrativa – como a linearidade, as repetições e a construção de metáforas (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69) – são utilizados para dar conta do evento traumático. “A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.70).

Em “Pagar o preço” o evento traumático é abordado no momento em que ocorre, correspondendo ao presente da narrativa. O uso da metáfora livra o escritor de apresentar o evento traumático através de uma linguagem que o coisificaria, esvaziando seu conteúdo radical. O caráter comparativo – e por isso figurado, não literal – da metáfora utilizada demonstra a aproximação cuidadosa do narrador em relação à dor sentida pela personagem. Este cuidado, na verdade um posicionamento crítico do narrador em relação à matéria narrada, é corroborado pelo fato do acesso ao discurso direto ser negado à protagonista. Em outras palavras, trata-se de uma solução estética que sugere a dificuldade da personagem em expressar com palavras o conjunto de sensações e emoções que experimenta. No entanto, seu ponto de vista não deixa de estar presente, pois suas emoções contaminam a entonação do discurso do narrador.

A gravidez tem um impacto desestruturador no modo de vida das trabalhadoras boias-frias. Muitas delas, depois de engravidadas, tornam-se alvo de maledicência das pessoas, e em casos mais extremos são expulsas de casa e abandonadas. Tendo em vista que a mulher grávida é impedida pelos turmeiros de trabalhar, não são raros os casos de mulheres que transformaram a roupa de trabalho em um meio de esconder a gravidez. Este conjunto de circunstâncias nos ajuda a entender a opção das mulheres boias-frias pelo aborto.

Ao lado das exigências dos atestados de esterilidade e do número limitado de mulheres por caminhão, proliferam as práticas de aborto clandestino como forma de as mulheres controlarem a natalidade e conseguirem trabalho. Trata-se de práticas transmitidas de geração a geração e se constituem historicamente, como parte do saber feminino (SILVA, 2002, p.574).

Apesar da precariedade das condições, do medo, da dor e dos riscos que envolvem o aborto, esta prática demonstra uma recusa das mulheres em aceitar a condição de opressão em que se encontram. A escolha em assumir o domínio do próprio corpo através do controle reprodutivo tem semelhanças com o tipo de transgressão que Michele Perrot denominou de “saída”. Assim, em decorrência de uma vontade de fuga, de um sofrimento, ou mesmo pela recusa de um futuro insuportável, a mulher realiza uma verdadeira “saída para fora” (PERROT apud SILVA, 2002, p.573) do papel que lhe foi imposto. A noção de “saída” nos ajuda a entender a escolha da protagonista do conto em interromper a gravidez. A personagem assume o risco de sua própria morte para não abrir mão de um ponto que não deveria ser abandonado em hipótese alguma (BETTELHEIM, 1985, p.127), uma vez que ultrapassar este limite implicaria aceitar sua morte como ser humano. Ao praticar o aborto, recusa um futuro que lhe parece insuportável, decidindo os rumos de sua própria vida.

Considerações finais

Nesta investigação as condições de existência e de trabalho das mulheres boias-frias do caminhão de turma foram abordadas a partir de diferentes olhares. As considerações feitas pelos trabalhos de ciências sociais voltados a essas trabalhadoras permitiram situar o surgimento da condição de boia-fria na história do mundo rural brasileiro. Além disso, os trabalhos de ciências sociais foram fundamentais para a contextualização dos temas figurados nas obras literárias, como a vestimenta, a vergonha, a violência de gênero e o aborto.

O teor testemunhal presente nas obras literárias investigadas corrobora o esforço de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho em abordar literariamente um grupo social que ainda hoje tem pouca visibilidade em nossa sociedade. Assim, as obras não só revelam traços de uma sociabilidade violenta, mas funcionam como uma espécie de espaço de escuta para as vítimas do capitalismo cujos corpos sentem dor e fome (PENNA, 2006, p.346) e cujas sensações e emoções raramente são conhecidas. O entrecruzamento entre literatura e mundo fenomênico realizado pelo poema e pelos contos apresenta e denuncia condições sociais de existência que devem ser superadas, fazendo dessas obras exemplos de produção cultural de resistência.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. A vergonha, ou do sujeito. In: _____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 93-138.

BETTELHEIM, Bruno. Comportamento em situações extremas: coerção. In: _____. *O coração informado: autonomia na era da massificação*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 89-141.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 8 ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de Campo – A Antropologia como Alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Murilo. Chorar em silêncio. In: _____. *A cara engraçada do medo*. São Paulo: Hucitec, 1976a. p. 73-78.

_____. Pagar o preço. In: _____. *A cara engraçada do medo*. São Paulo: Hucitec, 1976b. p. 23-25.

MARCO, Valéria De. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 62, p. 45-68. 2004.

MARTINEZ-ALLIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKI, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 69-100.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, Memória, Testemunho: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp. p.297-350.

PERROT, Michele. Minha história das mulheres. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSA, Miriam Debieux; POLI, Maria Cristina. Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.21, p.5-12. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: _____ (Org.). *História, Memória, Testemunho: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp. p.371-386.

_____. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 65-82. 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres bóias-frias a caminho do eito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p.147-168.

_____. De colona a bóia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp/Contexto, 2002. p. 554-577.

